

## ESCALPELAMENTO DE MULHERES RIBEIRINHAS E PESCADORAS ARTESANAIS

**Carlos Minayo Gomez**

[Doutor em Ciências. Professor e pesquisador  
aposentado do Cesteh/ENSP/Fiocruz]

Nos últimos anos desenvolvemos um projeto de formação junto a mulheres pescadoras artesanais, em todas as regiões do país.

O objetivo foi contribuir para que esse segmento da população, geralmente invisível para os órgãos públicos e para a sociedade, consiga agir organizadamente para melhorar suas condições de vida, trabalho e saúde.

O referido projeto foi realizado, sob a coordenação do professor Paulo Pena da UFBA [Universidade Federal da Bahia], com apoio do Ministério da Saúde (MS) e colaboração de outras instituições.

No decorrer desse processo, encontramos inúmeros problemas de saúde, sendo hoje o mais preocupante o escalpelamento de mulheres e meninas pescadoras e ribeirinhas.

O escalpelamento ocorre em barcos artesanais de pesca em pequena escala, ou de transporte de passageiros que não possuem isolamento do eixo do motor. O movimento desse motor pode capturar e enroscar cabelos longos, roupas ou lenços e arrancar violentamente o couro cabeludo, alcançando pálpebras, sobrancelhas, orelhas. Esse tipo de acidente ocasiona sequelas permanentes, incluindo perda de visão, audição e distúrbios psíquicos.

O maior número de casos acontece hoje no Amapá e no Pará. A gravidade da situação das vítimas tem gerado manifestações indignadas da sociedade civil na Região Norte e interpelação ao MS pela Defensoria Pública Federal para que as vítimas sejam atendidas e evitem-se tais acidentes. Para subsidiar o MS, participamos da organização de um seminário interinstitucional em Macapá, visando discutir as consequências desses acidentes e formular propostas de apoio às vítimas e prevenção de tais eventos sinistros.

Todas as mulheres vítimas de escalpelamento participantes do seminário relataram a saga que se tornou sua história de vida a partir do acidente. Seus depoimentos revelaram situações de imenso sofrimento.

E a realidade que vivenciam foi a matéria prima de um protocolo sobre o que precisa ser feito para prevenir e erradicar esses acidentes e promover a saúde integral das vítimas.

Hoje, já existem várias iniciativas voltadas à prevenção do escalpelamento e de apoio às vítimas. Por exemplo, a fiscalização da Marinha sobre os barcos com motores, acompanhada do fornecimento gratuito de protetor para os eixos e de coletes salva-vidas, e de ações educativas para pescadores, proprietários e usuários de barcos. A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica tem realizado mutirões para avaliações cirúrgicas e colocação de expansores no couro cabeludo. No encontro, no entanto, as mulheres consideraram que se deveria suspender esses mutirões pela forma como são realizados, pois costumam trazer efeitos colaterais e sequelas graves. Eis algumas proposições discutidas no seminário:

- Criar um Comitê Técnico multiprofissional, com participação das associações das vítimas e organizações de pescadoras artesanais pela Vigilância em Saúde e em Saúde do Trabalhador, com o objetivo de elaborar e implementar uma política nacional de prevenção/erradicação de acidentes com escalpelamento, garantindo a qualidade do cuidado e do atendimento nos serviços municipais, estaduais e em hospitais de referência regional.

- Considerar esses acidentes como agravos de notificação obrigatória em todos os serviços do SUS no âmbito estadual e municipal.

- Estabelecer, pelo MS, um protocolo nacional de prevenção e assistência às pessoas atingidas, orientando a conduta multiprofissional na atenção básica, nos serviços hospitalares e de urgência, incluindo-se o SAMU [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência] e o Corpo de Bombeiros.

- Envolver a ESF [Estratégia da Saúde da Família], particularmente os Agentes Comunitários de Saúde, no mapeamento de atividades pesqueiras e ribeirinhas que envolvam riscos de ocorrência de escalpelamento, principalmente na Região Norte.

- Rever a legislação existente e criar aporte legal para o direito a cirurgias reparadoras das sequelas às vítimas dos acidentes, incluindo-se cirurgias plásticas para redução do dano estético como parte do projeto terapêutico e apoio ao acesso de próteses de cabelo de qualidade para as vítimas que disso necessitarem.

- Efetivar as propostas que tramitam no Congresso Nacional que visam a garantia de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica às vítimas pelo SUS (projeto de Lei 3.397/2012).

<p>- Exigir que secretarias estaduais e municipais de educação - no ato da contratação das embarcações para transporte escolar - exijam a capacitação do piloto, do acompanhante responsável pelo cuidado com crianças e adolescentes, aumentando o rigor nos mecanismos de proteção do eixo do motor e o fornecimento de tocas descartáveis para os transportados.</p> <p>- Assegurar a aquisição de medicamentos necessários para tratamento das sequelas desses acidentes pelo SUS.</p> <p>- Emitir laudos pertinentes que concedam às pescadoras artesanais, enquanto seguradas especiais, os benefícios previdenciários previstos para vítimas de acidentes do trabalho e garantam seu enquadramento como pessoas com deficiência.</p>	<p>- Organizar reuniões informativas sobre direitos à saúde no SUS, direitos previdenciários e direitos sociais nas organizações de pescadoras artesanais e nas associações de vítimas de escarpelamento. Esse conjunto de propostas constitui um desafio para todos os atores citados. O sofrimento das mulheres e meninas escarpeladas clama por uma ação vigorosa do Ministério da Saúde que não pode desamparar um segmento tão vulnerável. ■■■</p> <p><i>OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.</i></p>
---	---